

## **Voltando às raízes: Síntese das autocríticas aprovadas pela OCML-PO em sua 5ª Conferência Nacional**

Em abril de 1978, a OCML-PO realizou a sua 5ª Conferência. Nessa reunião, completou-se a autocrítica iniciada um ano antes. Para aqueles que não acompanharam os debates internos de *Política Operária*, publicamos aqui a síntese das autocríticas aprovadas, esperando que elas possam contribuir para os debates teóricos que são travados hoje na Esquerda Brasileira. A pretensão não é descabida, pois muitas das concepções rejeitadas em tal reunião são o feijão com arroz de que se nutrem muitas tendências de esquerda no país.

Antes, porém, daremos um relato da situação de nossa Organização no período que precedeu essas autocríticas.

A Tese Política aprovada em 1975 (3ª Conferência) incorporou, pela primeira vez de forma clara, as teses sobre o caráter "estrutural" da ditadura militar e do arrocho salarial. Tais teses, que foram e ainda são o sustentáculo teórico do democratismo pequeno-burguês, tiveram dentro da Organização um uso inteiramente diverso. O que para o *MR-8* e a *AP-ML* foi sempre um argumento de peso para a defesa do caráter revolucionário das palavras de ordem democráticas - já que só a ditadura militar garantiria a dominação burguesa -, para a política da 3ª Conferência serviu como base de sustentação de uma prática sectária e ultra-esquerdista.

A tradição pequeno-burguesa de organizações como o *MR-8* levou a que tirassem consequências *pela direita* da teoria da "ditadura estrutural". O imediatismo de querer enfrentar a todo custo o regime extraiu dessa teoria a concepção de que as palavras de ordem democráticas seriam, no Brasil e demais países dependentes, objetivamente *revolucionárias*. A partir daí, a distância que separava os herdeiros das dissidências do PCB, de sua organização de origem, tem diminuído em proporções cada vez maiores. As últimas eleições parlamentares e os acordos eleitorais estabelecidos, demonstram a completa capitulação dessas Organizações diante do velho reformismo.

A tradição proletária de *Política Operária*, sua intransigente defesa dos interesses da classe operária, fez com que tirasse consequências *pela esquerda* das mesmas teses. O caráter "estrutural" do arrocho elevava a luta salarial à condição de luta "política". Derrubar o arrocho estava na linha direta da tomada do poder, pois sem ele deixava de ser viável o capitalismo no país. Dessa forma, rebatiámos os democratistas que nos acusavam de "economicistas" - com a tese de que a luta salarial no Brasil, se levada no sentido de derrubar o arrocho, era uma luta política da mais alta importância.

A adoção dessas teses foi acompanhada também de uma mudança no *método* de interpretar a realidade, de interpretar a relação entre vanguarda e massa, entre o elemento subjetivo e o objetivo. Podemos encontrar traços de um método subjetivista na linha política da Organização, a rigor, desde 1970, com as concepções voluntaristas de construir o partido e de formar comitês de empresa em pleno descenso da luta de classes. Porém, o voluntarismo toma nova forma e contornos mais marcantes com a política, instituída a partir de 1975, de *negar* as reivindicações parciais do proletariado - tidas por nós como economicistas ou reformistas - de estabelecer que todas as palavras de ordem deveriam questionar, na base, o sistema capitalista, independentemente do nível de consciência e de aceitação dessas palavras de ordem pela classe operária.

Não é preciso relatar com mais detalhes o que isso produziu na vida da Organização. O choque das palavras de ordem radicais (capitaneadas pela palavra de ordem dos 200% de aumento salarial para derrubada do arrocho, e, portanto, do capitalismo, segundo a teoria que tínhamos na época) com movimentos ainda pouco desenvolvidos, numa situação de descenso da luta de classes, levou a um questionamento interno da linha cada vez mais intenso.

Muitos procuraram o caminho mais fácil da capitulação diante do democratismo e do centrismo, que lhes pareceram alternativas à política sectária em vigor. Nossa Direção Política procurou durante certo tempo a via do aprofundamento cada vez maior da teoria da 3ª Conferência, passando a questionar abertamente muitas posições programáticas tradicionais da Organização, especialmente no que tange à questão sindical, à luta armada, ao campo e ao governo de transição. A desagregação produzida pelas sucessivas dissidências e pelos insucessos práticos produziu uma posição de crítica dentro do Comitê Nacional, que, tornando-se maioria no órgão, endereçou à 4ª Conferência uma autocrítica do método de não levar em consideração o nível de consciência das massas na elaboração das palavras de ordem de ação. Essa autocrítica, responsável pela reintrodução em nossa prática das palavras de ordem parciais, necessárias ao desenvolvimento da organização, consciência e solidariedade de classe

do proletariado, ao romper com o método subjetivista, possibilitou também o questionamento da teoria em que nos apoiávamos e que era, também, fruto de esquemas lógicos subjetivistas, muito pouco relacionados com uma análise científica da realidade brasileira, segundo o método e a teoria marxista.

O movimento autocrítico, a partir daí, foi vanguardada pelos companheiros de *Política Operária* no exterior, que contribuíram para a reabilitação da teoria tradicional da Organização.

O que se segue é uma síntese da autocrítica teórica produzida a partir da 4ª Conferência. Essa síntese se baseia na primeira parte da "Declaração Política", proposta pelo Comitê Nacional em outubro de 1977 e aprovada pelo coletivo em abril de 1978. Muitas das concepções expostas são fruto das intervenções dos companheiros do exterior, através dos documentos que publicaram em maio de 1977: "*Liquidar o Passado para Destruir o Futuro?*" (de Ernesto Martins) e: "*Meias-Verdades não Bastam*" (intervenção do coletivo do exterior na preparação política da 5ª Conferência).

## 1 . Dependência e super-exploração

As teses sobre o caráter estrutural da ditadura militar e do arrocho salarial ("super-exploração" estrutural) se baseiam principalmente nos escritos de Rui Mauro Marini, entre os quais, com especial relevância, "*Dialética da Dependência*". Para Marini, a acumulação capitalista nos países centrais estava indissolúvelmente ligada ao subdesenvolvimento dos países periféricos, através de dois fatores: 1º) a importação de produtos necessários à subsistência dos operários nos países centrais, levando a uma necessidade estrutural de desvalorização desses produtos - provenientes do 3º Mundo - pois isso significava ao mesmo tempo a diminuição do salário operário e, portanto, um aumento da mais-valia relativa; 2º) a desvalorização das matérias-primas importadas dos países dependentes também desvalorizava o capital constante, contrabalançando a tendência ao aumento da composição orgânica do capital e, portanto, a tendência à queda da taxa de lucro.

Para Marini, se as mercadorias - matérias primas e bens de salário - que o centro importava dos países dependentes não pudessem ser continuamente desvalorizadas através de mecanismos de troca desigual no comércio mundial, o sistema capitalista como um todo entraria em colapso, com a queda da taxa de lucro.

A consequência disso para a economia dos países periféricos era a seguinte: recebendo cada vez menos por produto exportado - como necessidade estrutural de existência do capitalismo no centro - a classe dominante dos países periféricos era também "estruturalmente" obrigada a "super-explorar" a classe trabalhadora de seus países. Como diminuía o valor dos produtos no mercado mundial, diminuía também a margem de lucro que, para manter-se estável, necessitava "estruturalmente" de um rebaixamento dos salários dos trabalhadores da periferia. O esquema então se completava: a troca desigual no comércio internacional possibilitava a exploração baseada na mais-valia *relativa* nos países centrais e na mais-valia *absoluta* nos países periféricos. A exploração capitalista comum nos países centrais correspondia a "super-exploração" nos países periféricos. A vigência da democracia burguesa nos países centrais correspondia à vigência dos regimes de exceção nos países periféricos. As ditaduras militares e regimes semelhantes passavam a ser considerados "estruturais" na periferia, pois só eles poderiam sustentar as altas taxas de exploração, que por sua vez eram os pilares da acumulação do capital à nível mundial.

O primeiro esforço de crítica à "teoria da dependência" de Rui Mauro Marini, por nossa parte, se deu com um artigo publicado no nº 3 da revista "*Marxismo Militante*". Nesse artigo, criticávamos principalmente a tentativa de Marini de alterar a interpretação marxista sobre a acumulação de capital, introduzindo conceitos como "super-exploração", além de colocar a troca desigual como essencial ao desenvolvimento capitalista nos países centrais. Destacávamos que a lei do valor em Rui Mauro Marini tinha uma existência apenas "pro forma" já que era transgredida no que se refere ao intercâmbio desigual e também no que se refere à remuneração do trabalhador (considerada "abaixo de seu valor").

Sobre o intercâmbio desigual, o artigo da *Marxismo Militante* não negava as evidências empíricas do problema, mas destacava que isso se dava, em primeiro lugar, pela concorrência de produtos similares que o centro passava a produzir e, em segundo lugar, pelos preços de monopólio da época imperialista, que encareceram os produtos industrializados em relação aos agrários. Nos dois casos, não se podia falar em transgressão da lei do valor, nem tampouco de uma necessidade orgânica do capitalismo para viabilizar a acumulação.

Quanto à remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor ("super-exploração"), dizíamos não ser possível manter um limite arbitrário para o valor da força de trabalho, pois esse valor é histórico e varia de país para país. As causas das oscilações possíveis dos salários teriam assim, que ser

encontradas no quadro da concorrência e não da análise geral do capital, como queria Rui Mauro.

O esforço de crítica do artigo da *Marxismo Militante* se tornava meramente teórico, na medida em que acabava aderindo às consequências da visão de Rui Mauro. Aplaudia a tese da não interferência do consumo do trabalhador na realização do produto e referendava a concepção de que a mais-valia seria realizada no exterior. O artigo, apesar de todos os seus pressupostos avançados, acabava no final por se render à tese do "arrocho estrutural": o arrocho não era parte integrante do processo de acumulação mundial, mas justificava-se pela estreiteza do mercado interno. Ou seja, como o consumo operário não interferia na realização do produto, o salário podia – ao contrário dos países centrais – ser rebaixado cada vez mais.

O problema da realização externa da mais-valia, no entanto, não é novo. Os populistas russos insistiam que pela pouca expressão do mercado interno em seu país - por causa das condições de miséria das massas camponesas - a mais-valia tinha que ser realizada no exterior. Como para a Rússia era impossível àquela altura conquistar mercados externos, o capitalismo no país não teria condições objetivas de se desenvolver.

Lênin criticou essa visão em seu "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia". Sua contra-argumentação se baseava nos seguintes pontos: o mercado interno é criado pela *divisão social do trabalho*, ou seja, pela separação entre indústria e agricultura, pela criação de diversos ramos industriais, etc.; b) a consequência direta de toda economia mercantil é o *crescimento maior da população urbana* em relação à rural, o que gera mercado interno; c) a *proletarização do pequeno proprietário* cria também mercado interno, pois os seus meios de subsistência se convertem em mercadoria; d) a realização do produto é a realização de suas três partes constituintes (*capital variável, capital constante e mais-valia*); o mercado externo não entra na questão da realização; e) a amplitude do mercado interno depende, tão somente, do *grau de desenvolvimento capitalista* de cada país.

Lênin argumentava também, de acordo com Marx, que o "crescimento do mercado interno para o capitalismo, é até certo ponto, 'independente' do consumo individual, verificando-se mais por conta do consumo produtivo". Considerar, portanto, que a mais-valia produzida no Brasil se realizava no exterior é abstrair o papel do *consumo produtivo* e do *consumo individual capitalista*, sem explicar de que maneira os operários se mantêm vivos sem lançar mão de seu *próprio* consumo individual.

A importância do comércio externo em relação ao produto interno do Brasil e de outros países dependentes, em comparação com países centrais, permite ilustrar também o desconhecimento, por parte daqueles que advogam a tese da realização externa da mais-valia, de alguns dados estatísticos. Os percentuais abaixo foram obtidos pela divisão do valor das importações pelo produto interno bruto de cada país, mostrando, com razoável fidelidade, a importância do comércio exterior na economia de cada país.

PAÍS	IMPORTAÇÕES/PNB em % (1976)
Brasil	10,7
Argentina	9,9
México	7,4
Venezuela	26,4
Grã-Bretanha	32,6
França	19,6
Itália	32,3
Suécia	27,5

Fonte: Banco Mundial e FMI

Como se vê, ao contrário do que previa a tese da realização externa da mais-valia dos países periféricos, o que ocorre é que são os *países centrais* os que dependem mais do comércio externo. Os países periféricos com altos índices de importações (ou exportações) em relação ao PNB são aqueles mono-exportadores de matérias primas, como é o caso da Venezuela em relação ao petróleo.

Por outro lado, apesar da importância cada vez maior da produção industrial no Brasil, a percentagem do produto industrial que é exportada é reduzidíssima. Em 1970, apenas 5% do produto industrial era exportado. Em 1971, apenas 0,5% dos aparelhos de televisão produzidos no país foram exportados,

0,9% das geladeiras e 0,2% dos automóveis.

Portanto o mercado interno brasileiro é capaz de absorver cerca de 90% da produção nacional. Essa produção é absorvida pelo consumo das matérias primas e equipamentos pelas empresas e pelo consumo individual dos capitalistas e outras camadas de altas rendas principalmente; mas também é absorvido pelo consumo individual dos trabalhadores. Em 1972, calculava-se com os dados do censo de 1970 que o mercado interno brasileiro era formado por 20 milhões de pessoas (20% da população), distribuídas da seguinte forma:

POPULAÇÃO	RENDA PER CAPITA (US\$)	RENDA TOTAL (MILHÕES)	% DO MERCADO
1.000.000	6700	6.700	25,3
4.000.000	2700	10.800	40,8
15.000.000	600	9.000	34,0

Ou seja, em termos de participação no consumo, a classe capitalista e a pequena-burguesia detinham aproximadamente dois terços do mercado consumidor, enquanto os trabalhadores ficavam com o terço restante. Apesar de ser um consumo *individualmente* reduzido que contrasta com os padrões elevados do consumo da burguesia e da pequena-burguesia, não é possível desconsiderar a importância do consumo *global* dos trabalhadores - aproximadamente um terço do total.

Portanto, é incorreto dizer que a mais-valia no Brasil se realize através do mercado externo. Como já argumentamos, essa problemática da realização externa da mais-valia não tem precedentes no marxismo-leninismo, embora o tenha em correntes populistas. Também não é verdade que os ciclos de conjuntura da economia brasileira estejam indissolúvelmente relacionados com a oscilação dos preços dos produtos primários brasileiros no mercado exterior. A complexidade da economia brasileira já há muito ultrapassou os limites da simples exportação de produtos primários.

Reafirmamos aqui a visão tradicional da Organização de que a crise de 1961 foi a primeira a ser gerada *internamente*, com o esgotamento da substituição das importações - e não por fatores oriundos de qualquer dificuldade mais relevante nas exportações. "*O país sofria as consequências de quase todas as crises do mercado capitalista mundial (justamente em virtude de sua função de exportador de matérias-primas para o mercado) e a crise de 29 teve repercussões econômicas e políticas para nós. Desta vez, todavia, a crise não veio simplesmente como consequência da situação do mercado externo: tratava-se de uma saturação do mercado interno. Nos Estados Unidos e em diversos países europeus tinha havido crise e queda da produção de 1958/1959, que todavia, foi superada por uma retomada da expansão das atividades econômicas. Mas enquanto os dados estatísticos americanos atingiam níveis inéditos, o ritmo de expansão das atividades no Brasil diminuía mais constantemente até chegar à estagnação*". (Curso Básico II Parte).

Também é errado considerar que a burguesia não possa pagar o valor real da força de trabalho no Brasil. Em primeiro lugar, porque tal valor é muito relativo, dependendo de circunstâncias históricas e geográficas. Em segundo, que, sob pressão do movimento operário, os capitalistas serão obrigados a aumentar o salário e se isso diminuir seus lucros (se não puderem passar na mesma proporção dos aumentos de salários para os preços), nem por isso o capitalismo chegou ao seu final. O emprego de máquinas poupadoras de mão de obra será sempre uma saída para o capitalista individual. É verdade que isso levará muitas pequenas empresas à falência, mas não o capitalismo.

Quando situamos a produção industrial interna como o aspecto central da economia brasileira (e não o setor agroexportador), quando admitimos que a burguesia possa conviver sem o arrocho salarial e que a mais-valia não se "realiza" no exterior, não estamos de nenhuma maneira negando a teoria do imperialismo, nem o subdesenvolvimento brasileiro, embora estejamos negando, certamente, as concepções terceiro-mundistas.

O que caracteriza o subdesenvolvimento não é, como frisa Paul Baran, o *intercâmbio desigual*, mas sim o *modo de utilização* do excedente potencial. A utilização do excedente em remessa de lucros, pagamentos de juros e de royalties às matrizes das empresas estrangeiras e aos bancos internacionais, essa *exportação de parte considerável do excedente*, é que alimenta constantemente o ciclo do subdesenvolvimento.

A existência dos males do subdesenvolvimento no país não induz que o capitalismo brasileiro tenha chegado ao seu final, ou que não possa mais ser explicado segundo as categorias de "*O capital*" no que tange a sua reprodução. A continuidade do subdesenvolvimento significa a continuidade de seus

males crônicos: exportação crescente de partes consideráveis do excedente, necessidade de aumentar as exportações para obter divisas necessárias para pagar os juros, royalties e remeter os lucros, incapacidade de absorção de toda a mão de obra pela monopolização precoce da economia, desemprego crônico, baixa produtividade da agricultura, disparidades regionais, etc.

Nenhuma modificação nos termos de intercâmbio será capaz de tirar o país do subdesenvolvimento, assim como a valorização do petróleo foi incapaz de alterar a situação de miséria das massas do Golfo Pérsico. Atacar o subdesenvolvimento é antes de tudo atacar suas raízes, que não estão no intercâmbio desigual, mas sim na dominação dos monopólios imperialistas e de seus associados nacionais que em aliança com o latifúndio, mantém o ciclo de exportação do excedente potencial em funcionamento.

A ruptura com o subdesenvolvimento é, portanto, uma ruptura com os laços que ligam nossa economia ao imperialismo o que só pode ser realizado de forma radical e até as últimas consequências pela revolução dos trabalhadores, pela construção do socialismo .

## 2. O Governo de Transição

A nova visão sobre a exploração capitalista no Brasil ("super-exploração estrutural"), aliada a tese sobre o papel determinante do mercado externo na realização da mais-valia, completou a revisão das concepções tradicionais da *Política Operária* sobre a realidade brasileira. As consequências políticas dessa revisão foi, em primeiro lugar, a consideração de que a burguesia seria incapaz de abrir mão do arrocho salarial, reeditando de certa forma as teses defendidas em 1969 pela fração militarista do POC sobre a "incapacidade burguesa de fazer concessões." A partir daí, instaurou-se uma prática claramente esquerdista, que não deixava espaço para a compreensão do papel das lutas parciais. Devido a esse "quadro estrutural", considerava-se que o problema do poder seria colocado pela classe operária tão logo fossem superados os limites do isolamento das lutas, já que seria inviável para a burguesia "absorver o descontentamento das massas, atender às mais imediatas reivindicações salariais".

A semelhança com as teses da tendência militarista do POC é mais do que clara. O esquerdismo de ambas as posições, por outro lado, também guarda grande semelhança com as correntes anarquistas combatidas por Marx no interior do movimento operário europeu, ou com a corrente esquerdista combatida por Lênin depois da Revolução Russa. Foi combatendo as posições de Lassalle sobre a "lei de bronze do salário" e combatendo as posições de Proudhon sobre a suposta inconsequência das greves por aumento de salário, que Marx destacou a importância das lutas parciais e seu papel na formação política do proletariado.

Ao invés das considerações sobre o processo de formação da classe operária independente, passaram a ter lugar visões sobre uma catástrofe iminente, quando a classe operária se veria, automaticamente, diante do problema da tomada do poder. As projeções "catastróficas" para o futuro imediato ocultavam, como um véu ideológico, os problemas concretos da formação política do proletariado - somente possível de ser conseguida ao longo das batalhas parciais.

Essa visão de que o arrocho seria estrutural, de que seu fim significaria também o colapso do capitalismo brasileiro é que nos levou a defender intransigentemente o índice de 200% de recuperação salarial nas campanhas sindicais. Seria o único índice "revolucionário", uma vez que colocaria em questão a própria continuidade do capitalismo e a necessidade de uma alternativa de poder. As lutas parciais de natureza econômica foram, assim, negadas e substituídas por uma suposta bandeira política geral de recuperação do salário de 1964.

Mas o esquerdismo não vem só. Ele carrega consigo sua outra face, as bases de um desvio direitista. As ideias sobre a "transferência de valor nas relações de intercâmbio", bem como as ideias sobre a super-exploração como "venda da força de trabalho abaixo de seu valor" - ideias endossadas a partir dos textos de Rui Mauro Marini - aproximou-nos dos "modelos" sociológicos sobre o "terceiro mundo". A fraseologia radical que envolve essas teses mal encobre suas relações com as velhas teses populistas. Entre elas, a que coloca "a necessidade estrutural da ditadura militar como solução burguesa *única* para que o poder do Estado possa efetivar a dominação de classe *tal* como ela se dá no país".

A partir daí - embora não tenhamos tirado essas conclusões direitistas - a palavra de ordem pelo regime democrático adquire um caráter revolucionário, pois a democracia é incapaz de dar estabilidade à dominação capitalista. Como se sabe, essa concepção é a base teórica para a sustentação de várias tendências democratistas.

Este conjunto de teses e inovações sustentou, também, a revisão de nossa estratégia. Foram

criticados os conceitos estratégicos anteriores, aprovados em Congressos da Organização, considerados "espontaneístas e propagandistas". No seu lugar, surgiu uma nova versão sobre o governo de transição.

O Governo Revolucionário dos Trabalhadores (GRT) é elevado, na nova teoria, de uma *possibilidade* no desenrolar da luta de classes a uma *necessidade*, passando a ser "nosso objetivo estratégico mais próximo", a referência fundamental para a nossa agitação e propaganda.

O GRT enquanto "objetivo estratégico" necessário, já representaria a própria hegemonia do proletariado e, no entanto, a "hegemonia" não seria *ainda* a ditadura do proletariado. O real significado dessa inovação - que transformava o governo de transição de *possibilidade* em *necessidade* - foi o rebaixamento do programa socialista, cujas metas foram substituídas, dando lugar ao "programa do GRT".

Esse rebaixamento, aliás, é uma constante em muitas tendências da esquerda brasileira, em especial nas tendências democratistas, onde o governo dos trabalhadores surge associado a uma série de reivindicações democrático-burguesas, como "eleições livres", "liberdade para todos os partidos políticos", "assembleia constituinte", etc. Nesse caso, o dístico "governo dos trabalhadores" mal consegue ocultar os propósitos de aliança com a burguesia (especialmente com a oposição burguesa), o que nada tem a ver com o "governo revolucionário dos trabalhadores" proposto enquanto uma *possibilidade* no "Programa Socialista para o Brasil". Tal governo é um governo operário-camponês (sustentado por uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo), *sem a participação de nenhuma facção burguesa*, e que assume, além disso, certas reivindicações *revolucionárias*, entre elas: nacionalização de todos os monopólios, a nacionalização da terra, formação de milícias de trabalhadores em substituição às forças armadas burguesas, constituição de um Congresso de Trabalhadores (e só de trabalhadores) como órgão de poder, para citar as reivindicações mais importantes.

Não pode ser, assim, imputado ao "*Programa Socialista para o Brasil*" os desvios direitistas do MR-8 e AP-ML. Qualquer leitura atenta do Programa, bem como dos documentos básicos de *Política Operária*, deixa claro que "*o governo da revolução vitoriosa, do Brasil Socialista, não pode ser outro senão a ditadura do Proletariado*" (Curso Básico, Aula X) e que o GRT deve ser proposto em circunstâncias especiais da luta de classes, quando as "*massas revoltadas se tornam de fato donas do país, sem ter consciência ainda do caminho a trilhar e sem tirar as consequências da situação*".

Sabia-se que o GRT - um governo de transição - ainda não era a ditadura do proletariado, ainda não era um governo socialista. Entretanto, a distinção entre as duas fases praticamente desaparece, em virtude das "tensões objetivas e estruturais" existentes na sociedade brasileira. Para nós, que acreditávamos que o problema do poder seria colocado na ordem do dia tão logo o movimento operário superasse o isolamento - dado a incapacidade do sistema em fazer concessões - esta opinião sobre o GRT forçosamente pareceria bastante razoável. A problemática da formação política da classe nas lutas parciais já havia entre nós cedido terreno para as expectativas quanto à irrupção de um movimento operário na luta direta pelo poder.

Uma vez formado o governo de transição, haveria razões orgânicas e ao nível das últimas instâncias para tornar meramente convencional a distinção entre o GRT e a ditadura do proletariado. Aqui se chega ao clímax do movimento revisionista, onde são questionadas em seu âmago as posições básicas da Organização e as fontes originais em que se apoiam: as teses dos primeiros congressos da Internacional Comunista.

Existe uma distinção entre governo de transição e governo socialista, ou ditadura do proletariado. A tese do governo de transição era para a Internacional Comunista *uma consequência da tática de Frente Única*. Tratava-se de organizar "a coligação política e econômica de todos os partidos políticos contra o poder burguês para a derrota definitiva desses últimos". Os governos de transição assim formados, desde que fossem revolucionários, seriam apoiados pelos comunistas. Entretanto, ressalta a tese, estes governos tampouco são a ditadura do proletariado nem constituem uma forma necessária à ditadura..." (Resoluções sobre a Tática" - 4º Congresso da I.C.).

A tese da Internacional Comunista se sustentava na experiência verificada na Europa durante os anos de crise e o nível de formação do proletariado permitia que se levantassem hipóteses quanto à possibilidade de formação de governos de transição de operários e camponeses nos Bálcãs, na Tchecoslováquia, etc.

O sentido histórico desses governos de transição que justifica o apoio e a participação dos comunistas, é que podem ser um ponto de partida para a conquista da ditadura do proletariado.

O fundamento para a formação do governo de transição é a constituição de uma Frente Única operário-camponesa, num momento de crise revolucionária em que as massas, já em rebelião contra

a velha sociedade, ainda não tem uma consciência socialista. Sendo assim, esse governo não pode ser definido aprioristicamente como inevitável. Importa para nós destacar sua possibilidade, com base na experiência das lutas de classes e traçar as condições nas quais o apoiaremos. O *Programa Socialista para o Brasil* traça uma plataforma mínima para a caracterização de um governo de transição como governo efetivamente revolucionário.

A definição do caráter socialista da revolução no Brasil não significa que toda eclosão de um movimento revolucionário já leve à ditadura do proletariado. A instalação de um governo socialista depende de uma série de fatores: depende, em primeiro lugar, da existência de um de um proletariado consciente do seu papel, mobilizado em torno de objetivos de luta próprios; depende, em segundo lugar, da adesão de seus aliados do campo e da cidade, isto é, depende de que estas classes se submetam à hegemonia da classe operária. Esta situação, se por um lado é fruto da consciência e da organização do proletariado, de outro ela só pode ser o resultado de uma crise revolucionária.

*"Situação revolucionária, todavia, não surge de vez – elas amadurecem durante a luta de classes na medida em que esta se aguça. Há momentos transitórios em que as massas revoltadas se tornam de fato donas do país, sem ter consciência ainda do caminho a trilhar e sem tirar as consequências da situação. Situação em que a sua força já lhes permite tirar o poder das classes dominantes, embora as relações de forças ainda não permitam a instalação da Ditadura do Proletariado".* (Curso Básico).

### 3. A Estratégia

As concepções sobre o GRT e sobre a necessária irrupção de uma luta pelo poder tão logo o movimento operário se fizesse presente, implicavam numa completa revisão da linha política da Organização. A problemática do GRT substituiu a linha estratégica pela *organização independente da classe operária*. A luta pelos 200%, a agitação e propaganda rebaixada ao nível de um programa eclético e anterior ao socialismo – o "Programa do GRT" – ignoravam na prática o problema da formação do proletariado. Ignoravam a importância das lutas parciais de natureza econômica, das lutas e pequenas escaramuças contra a carestia, o arrocho, colocando em seu lugar o dogma da recuperação do salário de 1964 como única alternativa revolucionária.

A questão, no entanto, deve ser vista de outra maneira, tal qual expõe um de nossos documentos básicos, *"Teses Tiradentes"*: *"A formação dessa classe operária independente continua sendo a tarefa fundamental de qualquer movimento revolucionário consequente no país; a conquista da liderança pelo proletariado brasileiro numa aliança de classes que abranja o campesinato e as camadas radicais e assalariadas da pequena-burguesia, é a premissa para qualquer luta revolucionária consequente, seja contra a exploração imperialista, seja contra a opressão indígena"*.

O papel da vanguarda - no sentido de contribuir para a organização independente da classe operária, não pode ser o de pretender enquadrar as lutas de classes em planos pré-estabelecidos, retirados de discussões especulativas. *"A situação material da classe é a grande alavanca que os comunistas tem que aprender a manejar"*, consistindo o segundo passo *"em encorajar e fomentar as formas organizatórias de base"* (trechos retirados do Editorial da revista *"Marxismo Militante"* - Exterior, nº 3).

Portanto, não são as formas organizatórias ultraesquerdistas ou "ideais" que a vanguarda deve encorajar e fomentar. As propostas nesse sentido tem que estar vinculadas com a experiência prática do movimento operário no país, bem como com a experiência do proletariado latino-americano e internacional naquilo que possa ser reproduzido no país.

Nesse sentido, o nosso principal objetivo deve ser a organização nas fábricas, dos *Comitês de Empresa*, cuja viabilidade o movimento operário brasileiro já demonstrou em várias situações.

O processo histórico de formação independente da classe operária não pode ser visto, no entanto, de forma mecânica. A independência da classe operária não exclui que ela tenha ilusões políticas (que não seremos nós a fomentar, obviamente), principalmente sobre o caminho ao socialismo; isto é: o salto qualitativo da organização independente pode se dar com o partido revolucionário ainda em minoria. O exemplo da revolução russa é bastante ilustrativo também sobre esse ponto, pois, como se sabe, o Partido Bolchevique só conquistou a maioria da classe muitos anos depois do surgimento do proletariado russo como classe independente.

A independência da classe não significa que ela já luta pelo poder, nem que necessariamente já esteja sob liderança de um partido revolucionário ( embora seja este o nosso objetivo). A independência da classe operária significa a sua organização e luta em *oposição* às instituições burguesas. Exemplos históricos os mais diversos, como o de Chile e Portugal ( e outros ) mostram que a formação do proletariado como classe pode se dar ainda dentro de ilusões democrático-legalistas sobre o caminho

para a tomada do poder. Não podemos ver a formação independente da classe como o ponto final de uma evolução e sim o início de uma luta mais consequente: será um marco, pois alterará as relações de forças na sociedade.

Nesse sentido, tem especial importância as lutas econômicas – incorretamente subestimadas por nós com a proposta de "luta política contra o arrocho", através do índice de 200% e pela esquerda democratista, que prefere que o proletariado se junte a luta da pequena-burguesia pela redemocratização. No entanto, as lutas econômicas, travadas hoje pelo proletariado brasileiro, tem um papel decisivo na sua formação enquanto classe. A esse respeito, vejamos a opinião de Lênin num texto de 1895 intitulado "*Projeto de Programa do Partido Social Democrata e explicação desse Projeto*":

*"Essa passagem dos operários, agora iniciada em toda parte na Rússia, a uma luta firme por suas necessidades vitais, a uma luta para alcançar concessões e melhores condições de vida, melhor salário e uma jornada mais curta, assinala o enorme progresso feito pelos operários russos, razão pela qual o Partido Social-Democrata e todos os operários conscientes devem dedicar a atenção principal a essa luta e como colaborar com ela.*

Lênin explica porque a luta "para alcançar concessões e melhores condições de vida" representa um gigantesco passo adiante:

*"Em primeiro lugar, através dessa luta, as massas operárias aprendem a distinguir e a por a nu todos e cada um dos processos da exploração capitalista, a estudá-los do ponto de vista da lei, de suas condições de vida e dos interesses da classe capitalista... Em segundo lugar, os operários nessa luta experimentam suas forças, aprendem a unir-se. Aprendem a compreender a necessidade e a importância da união... Em terceiro lugar, essa luta desenvolve a consciência dos operários."*

Para Lênin, a luta da classe operária contra os patrões a faz "por si mesma e de modo inevitável, abordar os problemas políticos". Quanto ao papel do partido nessas lutas, ele adenda:

*"Além disso, a essas explicações dos representantes do poder estatal e ao fato de que os operários vão conhecendo diretamente em benefício de quem age esse poder, unem-se os volantes e outras explicações dos socialistas, de modo que os operários, nessa greve, já recebem plenamente sua educação política... Nisso, portanto, deve consistir a ajuda que o Partido Social-Democrata pode prestar à luta de classe operária, mediante a contribuição na luta por suas necessidades mais essenciais".*

Evidentemente, estas explicações que os socialistas precisam dar à classe em cada conflito, sobre a exploração capitalista e o papel do Estado, representam apenas uma das tarefas da vanguarda. As outras, segundo Lênin, seriam: contribuir para a organização dos operários e assinalar o objetivo da revolução socialista para por termo à exploração do trabalho pelo capital (ou seja, propagandear o Programa).

Assim visamos ajudar o proletariado no caminho de sua mobilização independente, superando a trajetória anterior do movimento operário brasileiro, quando o proletariado foi levado a defender interesses ocasionais da burguesia. E, ao mesmo tempo em que ajudamos a classe a desenvolver suas próprias reivindicações, devemos simultaneamente colocar os fins do movimento: a revolução socialista e a ditadura do proletariado.

O desvio em relação às posições estratégicas tradicionais da Organização – a partir da 3ª Conferência – inclui também o que se passou a entender desde lá como sendo a nossa tarefa no campo da organização da classe: a formação das Oposições Sindicais Proletárias (OSP). A proposta de OSP seguia o mesmo método de arbitrar como "político" e como "revolucionário" somente o movimento ou força comprometida com a lista de reivindicações que arbitramos, onde ocupava lugar de destaque a bandeira dos 200% de aumento salarial. Teoricamente, a OSP era resultado de uma atitude idealista. Ela visava organizar *forças ideais* e não as *forças reais*, isto é, aquelas que se organizam em torno das lutas operárias que se dão hoje e que, no geral, são lutas por *melhorias imediatas nas condições de vida*.

A OSP também era resultado de uma concepção que absolutizava o papel da agitação e propaganda, desprezando, na prática, o papel da experiência da classe: supúnhamos que a simples agitação dos 200% na Assembleia Sindical e a propaganda das nossas razões através de nossos instrumentos convenceria a massa avançada da justiça das nossas propostas.

#### **4. Programa e Plataforma de Lutas**

A primeira autocrítica das concepções introduzidas a partir da 3ª Conferência foi realizada pela



Direção Nacional poucos meses antes da conferência seguinte. Referíamos-nos, então, ao abandono da agitação e propaganda revolucionárias embasadas no Programa e sua substituição por Plataformas de Luta, onde era omitida a questão do poder (na plataforma operária a palavra de ordem mais geral era a de luta contra o arrocho, e na estudantil, a luta contra a Política Educacional do Governo). Justificávamos a ausência das palavras de ordem finais com o estágio de descenso das lutas de classes no Brasil. Porém nenhum descenso, é justificativa para a vanguarda deixar de propagandear os objetivos finais, o Programa Socialista. Podem mudar a amplitude, forma e legalidade dessa propaganda, mas de nenhuma maneira pode-se prescindir dela ou substituí-la por plataformas de lutas parciais.

O embasamento da agitação e propaganda nas Plataformas de Luta casava-se, no entanto, com a teoria do "arrocho estrutural" (cuja contrapartida no movimento estudantil era a "PEG estrutural"), tendo repercussões na interpretação do caráter econômico ou político das lutas. A luta salarial contra o arrocho era vista como uma luta política, que apontava diretamente para a luta pelo poder. Desse modo, qualquer luta que não "questionasse" o arrocho era, em contrapartida, uma luta "economicista". De repente, as lutas econômicas desapareceram da nossa teoria: ou bem as lutas salariais eram contra o arrocho (e, portanto, "políticas") ou bem não eram (e, portanto, "economicistas"). A relação entre os dois tipos de luta, no entanto, é muito bem exposta por August Thalheimer, no seu "Os pontos do Programa":

*"É necessário compreender que a transição, a transformação da luta econômica em luta política e vice-versa não se completa a partir de um simples desejo ou ideia. A luta política não se distingue somente da luta econômica por sua quantidade, grandeza, e amplitude. Ela se difere também qualitativamente pela sua forma, maneira de nascer, meios de luta, objetivos; ou seja, a transição de uma em outra é uma transformação no sentido estritamente dialético do termo, uma transição para um outro terreno. No caso da transformação ou transição da luta econômica em luta política, trata-se de uma transição de uma forma inferior em uma forma superior, de uma forma particular em uma forma geral da luta de classes. Essa transição ou transformação tem suas leis, suas condições e suas regras especiais".*

Assim, para Thalheimer, a identidade que existe entre luta econômica e luta política se dá pelo fato de ambas serem lutas de classe. Mas a semelhança para por aí. As condições em que surgem, os meios que empregam e os objetivos que perseguem são diferentes e a passagem da luta econômica para a política, uma transformação que nem sempre é possível (menos possível nos descensos, mais possível nos momentos de crise social). A compreensão adequada das leis dessa transformação é fundamental para evitar que a vanguarda caia em dois desvios simétricos: querer transformar tudo em político ou interpretar tudo sob o ângulo econômico.

Como nos distinguir, então, na luta econômica, dos reformistas e pelegos em geral? Ainda é Thalheimer que esclarece:

*"O que nos aproxima (a luta sindical comunista da luta sindical reformista - N.R.) é que a luta sindical enquanto tal, fica dentro dos marcos do regime econômico capitalista. Sua base é a realização do valor da força de trabalho pela classe operária. A diferença que faz com que elas se oponham violentamente é a posição de princípios em relação ao sistema capitalista do Estado burguês. Os reformistas, que se colocam sobre o terreno do capitalista e dos interesses comuns entre o capital e o trabalho se esforçam, em consequência, por adaptar a luta sindical às necessidades de valorização capitalista e à existência do Estado burguês. Daí a sua tendência: 1) de impedir em geral que as lutas operárias explodam ou de estrangulá-las uma vez que elas tenham eclodido, num momento em que a sociedade burguesa esteja abalada ou ainda quando ela, por outras razões, tenha necessidade urgente que as lutas por salários não explodam, como por exemplo em tempo de guerra... 2) mesmo em tempo de estabilidade relativa do capitalismo, a tendência a restringir o mais possível as lutas econômicas, de enfraquecê-las, de intervir para liquidá-las". (A. Thalheimer, "Pontos do Programa").*

Em suma, o que nos distinguirá dos reformistas na luta sindical será o fato de que interviremos sempre, para apoiar as reivindicações imediatas, fortalecer a luta, organizá-la, ampliá-la ao máximo, sem nos importarmos sobre a capacidade ou não da burguesia poder satisfazer naquele momento a reivindicação da massa operária. Em suma, nossa *combatividade* deriva de nossa posição de princípio em relação ao Estado capitalista, colocando-nos num campo oposto ao sindicalismo reformista ou pelego. E, para isso, não é preciso que busquemos reivindicações irreais e acima da capacidade das massas (como o índice de 200%).

A autocrítica referida no início prosseguiu na 4ª Conferência com a incorporação do conceito de "palavras de ordem práticas" ou "palavras de ordem parciais" que veio dar conta da necessidade de romper com a postura esquerdista de querer imprimir em cada luta palavras de ordem de ação retiradas das reivindicações máximas. A Tese aprovada na ocasião fala da existência de um processo de aprendizado das massas onde tem fundamental importância as formas embrionárias de luta de

classes, como a luta econômica e as reivindicações parciais (vistas como as reivindicações que não questionavam em si a dominação capitalista). O critério para a elaboração de tais palavras de ordem é a disposição efetiva de luta das massas, tal qual expõe Karl Radek, citado por Thalheimer em "Os Pontos do Programa".

*"É possível citar muitas outras palavras de ordem (refere-se às palavras de ordem parciais - N.R.). Não o farei. Elas saem da luta prática. O que nós dizemos, o que lhes damos por palavras de ordem, por diretrizes gerais, é que não se oponham nas lutas do proletariado ao objetivo pelo qual as massas lutam, que reforcem a luta das massas por suas necessidades práticas, que as ampliem, que ensinem essas massas a nutrirem desejos mais elevados: o desejo da conquista do poder."*

Assim, para a Internacional Comunista, na época dos seus primeiros congressos, as reivindicações parciais não devem ser desenvolvidas no Programa; a respeito delas, apenas a consideração desenvolvida acima por Radek deveria ser tomada enquanto princípio geral. Já as palavras de ordem  *finais*  e de  *transição*  deveriam constar explicitamente no Programa, com uma consideração sobre as condições de sua aplicabilidade.

Quanto às palavras de ordem de transição, afirma Thalheimer: a) são palavras de ordem  *de ação*  nas conjunturas  *anteriores*  à tomada do poder pelo proletariado; b) elas  *ultrapassam*  os quadros da ordem burguesa, mesmo que localizadamente (diferindo-se, assim, das parciais); c) por isso, elas encontram a resistência da burguesia, colocando para a classe operária o dilema: ou perde as conquistas obtidas ou ultrapassa cada vez mais essas medidas, seguindo adiante; d) desse modo, são palavras de ordem de  *ação*  apenas nos  *períodos revolucionários* ; e) nos outros períodos, devem ser empregadas enquanto propaganda, visando preparar a classe operária para combates futuros, para as conjunturas revolucionárias; f) na  *propaganda* , elas devem vir junto com as palavras de ordem finais, de modo a deixar claro que o objetivo final ultrapassa a palavra de ordem em questão.

Thalheimer cita como palavras de ordem de transição gerais as seguintes distinguindo-as das palavras de ordem finais correspondentes:

<b>Palavra de Ordem de TRANSIÇÃO</b>	<b>Palavra de ordem FINAL P</b>
Soviete enquanto órgão de luta soviete enquanto órgão de luta	Soviete enquanto órgão de poder
Armamento da classe operária	Exército vermelho
Controle operário da produção	Expropriação das empresas capitalistas
Apropriação das terras pelos camponeses	Nacionalização da terra

A necessidade de palavras de ordem parciais e de transição não devem implicar, portanto, no abandono da propaganda das palavras de ordem finais (referentes à ditadura do proletariado). Tanto restringir-se a uma plataforma de lutas parciais (que não ultrapassam os quadros do capitalismo), quanto a um programa de transição (como é o do GRT, composto de reivindicações revolucionárias, mas ainda não completamente socialistas) significa abdicar da educação do proletariado no sentido da implantação do socialismo.

## 5. Conclusão

Vários anos de prática esquerdista e de florescimento de concepções sectárias gradativamente liquidaram as posições básicas da Organização. Períodos de estagnação e de lenta decomposição com sucessivos fracionamentos e retrocesso geral do trabalho operário atestam a esterilidade de posições políticas desvinculadas da experiência e artificialmente esquematizadas.

As posições básicas de  *Política Operária*  sempre se basearam na tradição marxista-leninista e nas sistematizações dos primeiros congressos da Internacional Comunista. Foi com estas posições que a Organização se desenvolveu nos seus primeiros anos, enfrentando as novas condições políticas abertas com o golpe de 1964 e deixando marcas reais na evolução da esquerda brasileira.

Entretanto, o período ultra-esquerdista criou a ficção de um "passado propagandista" e sob a bandeira da crítica ao propagandismo e ao espontaneísmo atacou as posições políticas e teóricas fundamentais. Tomou-se como certo que a Organização não tinha uma visão clara sobre o GRT. Ou, que não tinha uma estratégia clara, mas apenas uma diluição espontaneísta.

As posições sociológicas e pequeno-burguesas de Rui Mauro Marini sobre a "dialética da dependência" passaram a figurar como sustentáculos de uma concepção global sobre a revolução brasileira, que chegou inclusive a se desdobrar em detalhes minuciosos sobre o futuro. Entretanto, as "novas" concepções se revelaram mais tarde como herança eclética de *velhas* posições teóricas esquerdistas e populistas.

A autocrítica da Organização aberta na 4ª Conferência inicia-se justamente com a reintrodução de uma das concepções mais elementares do marxismo-leninismo: o apoio às reivindicações operárias por mínimas que sejam, que signifiquem uma forma de luta contra o capital. Sob a terminologia de "palavras de ordem práticas", a autocrítica começou reintroduzindo a concepção materialista na luta de classes.

A 5ª Conferência retoma as posições básicas de *Política Operária*. Estas posições formam um referencial coerente, já transformado em experiências práticas no nosso passado. Quanto às "lacunas" das nossas posições programáticas (em especial no que tange ao campo), não devemos nem podemos pretender preenchê-las agora. Esta será uma tarefa que só ganhará atualidade quando a luta de classes colocar novos problemas e nos solicitar novas respostas. Como marxistas, não devemos nos antecipar à História e formular, nós próprios, os problemas a serem resolvidos, sob pena de acabarmos gravitando num mundo irreal. As "lacunas" do *Programa Socialista para o Brasil* derivam dos limites existentes na própria formação e experiência do proletariado. Não podemos preencher essas "lacunas" com especulações, como, por exemplo, tentar descobrir de que formas de luta e organização os assalariados agrícolas vão lançar mão, etc.

A nossa experiência atual, que devemos ampliar e sistematizar, será sem dúvida subsídio para enriquecimentos. Como expuseram os companheiros da PO-Exterior em um de seus documentos de intervenção em nossa discussão interna:

*"... não somos nós somente que temos algo a dar, mas igualmente o proletariado ... não são somente os operários que tem a aprender, mas igualmente a vanguarda teórica. O processo não pressupõe um papel passivo do proletariado, disposto a absorver as sabedorias trazidas de fora por nós, mas a vanguarda teórica igualmente tem de aprender a lidar com as formas de luta e de organização que o movimento vivo desenvolve espontaneamente."*

OCML-PO

*(Publicado na Revista Marxismo Militante Nº 6, fev. de 1979.)*

*Digitalizado em fev. de 2012.*